



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7447 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

A Lei nº 11.645/08 e a presença da temática indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental: uma revisão da literatura.

Maisa Cristina Torres Dantas - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

### **A LEI Nº 11.645/08 E**

## **A PRESENÇA DA TEMÁTICA INDÍGENA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

A Lei nº 11.645/08 determina que a história e a cultura afro-brasileira e indígena sejam temas abordados nas redes de ensino, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. A publicação desta Lei é uma conquista importante do Movimento Indígena Brasileiro que, desde suas primeiras reuniões locais, refletiam sobre a importância da presença da temática indígena nas escolas, como demonstra a pesquisa documental de Giovana Fanelli (2018). O Movimento Indígena debate, desde suas primeiras reuniões até o momento atual, de que maneira a relação entre os povos originários e a sociedade envolvente pode ser tencionada de forma a haver um debate permanente sobre as questões advindas desta relação, desde o direito à demarcação da terra até a identidade indígena, por exemplo. A Lei nº 11.645/08 passa a ser tema de interesse acadêmico após a sua publicação, por onde pesquisadoras e pesquisadores procuram entender como esta vem sendo efetivada em âmbito escolar.

O problema de pesquisa que guia a presente proposta é o seguinte: como as dissertações e teses disponíveis até o momento abordam a presença da temática indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)? Trata-se de um levantamento bibliográfico de cunho qualitativo que tem como objetivo geral identificar e analisar as dissertações e as teses que abordam como a Lei nº 11.645/08 é aplicada aos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF), bem como os trabalhos que levantam um debate sobre esta Lei, seja abordando seus antecedentes, seu surgimento, suas propostas, etc.

O levantamento bibliográfico compõe uma etapa da pesquisa de mestrado que está em desenvolvimento. Este trabalho pretende analisar a trajetória da Lei nº 11.645/08, desde sua emergência até a sua efetivação sob a ótica de docente dos anos iniciais do EF. A etapa de revisão da literatura dentro de uma pesquisa acadêmica serve como contextualização de um problema e tem como objetivo traçar um diálogo com a comunidade científica, a fim de localizar as lacunas e os consensos para que se possa contribuir com contestações e/ou com complementações (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZAJDER, 1999).

Para responder ao questionamento acima proposto, foi realizado um levantamento bibliográfico no sítio eletrônico que contém o Catálogo de Teses e Dissertações da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>). Este sítio eletrônico foi escolhido para realizar a pesquisa porque é um dos catálogos mais abrangentes encontrados na internet, sendo ainda um dos principais locais de acesso público a teses e dissertações de universidades brasileiras. A palavra-chave aplicada à pesquisa foi o termo “11.645”, entre aspas, tendo em vista que esta seria a palavra-chave mais recorrente entre os trabalhos acadêmicos que se pretende encontrar. Em seguida, foram selecionadas as dissertações e teses que melhor correspondiam ao foco da presente proposta. Esta seleção se deu através da leitura do resumo e do objetivo geral de cada pesquisa, bem como a trabalhos publicados a partir de 2008, ano de publicação da Lei.

Na pesquisa realizada pelo *site* da CAPES, foram localizados 240 resultados no total, dos quais foram selecionados 19 trabalhos (17 dissertações e 2 teses). Foi encontrada ainda uma dissertação que não se localizava no sítio eletrônico em questão, mas que se mostrou relevante na abordagem da Lei nº 11.645/08 e, portanto, foi inclusa no presente levantamento.

As teses e dissertações foram agrupadas conforme o problema de pesquisa e o objetivo geral e podem ser categorizadas da seguinte forma: a Lei nº 11.645/08 como objeto de pesquisa (4); implementação da Lei nº 11.645/08 pelos estados (1); a Lei nº 11.645/08 implementada nas turmas dos anos iniciais (7); a Lei nº 11.645/08 implementada em disciplinas: Artes (3); Educação Física (1); Ensino Religioso (1); História (1); Português e Literatura (1); Educação Ambiental (1).

O trabalho de levantamento bibliográfico demonstrou que a presença da temática indígena nos anos iniciais do EF é um tema que, ao longo dos anos, vem ganhando volume em quantidade de publicações de pesquisas de pós-graduação. A publicação da Lei nº 11.645/08 impulsiona a realização de trabalhos que abordem a presença da temática indígena em escolas não-indígenas, sendo que a abordagem nos anos iniciais se deu a partir de 2010 e as publicações se concentram em dissertações na área de Educação. Essa temática começa a ser tratada junto à temática afro-brasileira, tendo em vista que a Lei nº 11.645/08 faz menção a ambas. A partir de 2015 surgem pesquisas que abordam a temática indígena isoladamente. O maior número de pesquisas foram publicadas no ano de 2018, quando a Lei completou 10 anos de sua publicação.

Entre as pesquisas, há diversas recomendações para que a Lei seja efetivamente posta em prática. A maioria dessas recomendações é direcionada à abordagem da temática indígena na formação inicial e na formação continuada de professoras e professores. É também mencionada a maneira como os livros didáticos abordam a temática, de forma a reafirmar estereótipos e uma visão genérica sobre os povos indígenas. Aponta-se ainda a dificuldade no acesso a informações sobre a temática indígena por parte dos docentes.

A atuação do poder público, seja através de políticas públicas ou de demais ações das Secretarias de Educação, foi mencionada em poucas dissertações e teses. E, quando citada, não houve aprofundamento sobre o tema, tratado apenas como uma recomendação nas considerações finais destes trabalhos.

É interessante notar como algumas escolas em que as pesquisas foram realizadas não estavam abertas a receberem propostas que abordassem a temática indígena em seu viés religioso, como, por exemplo, através da Jurema Sagrada, religião de matriz indígena. Desta forma, foi identificado um debate sobre a importância da laicidade nas escolas e sobre como é crucial trabalhar a cultura indígena em um espaço que esteja aberto para tratar sobre toda e qualquer religiosidade.

Algumas dissertações e teses indicam o desconhecimento que professoras e

professores que participaram das pesquisas tinham acerca da Lei nº 11.645/08. Os trabalhos que mostram docentes interessados na temática indígena revelam que este seria um esforço individual, ou seja, apenas uma professora ou professor dentro de uma escola abordaria o tema. Este fato faz com que se discuta uma articulação da escola como um todo (de funcionárias e funcionários a gestoras e gestores), além de tratar sobre a presença da temática indígena em planos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico, e de abrir um debate acerca do currículo escolar para que esta temática seja pensada por mais profissionais que atuam nas escolas e para que se supere o currículo tradicional que privilegia certos saberes em detrimento de outros.

A imagem do indígena brasileiro ainda é identificada pelas pesquisas dentro de estereótipos que enxergam a sua cultura como fixa e essencializada, tratada de maneira genérica, superficial, descontextualizada e, algumas vezes, folclorizada. Contudo, são poucos os trabalhos que sugerem uma aproximação com as etnias indígenas locais ou mesmo que se utilizem nas escolas materiais produzidos por indígenas.

**Palavras-chave:** Lei nº 11.645/08. Temática indígena. Ensino Fundamental. Anos iniciais. Revisão da Literatura.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

FANELLI, Giovana de Cássia Ramos. **A Lei 11.645/08:** história, movimentos sociais e mudança curricular. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.